

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MARANHÃO, TRANSFORMAÇÕES
ESPACIAIS E TERRITORIAIS DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ESPACIAL
DE ALCÂNTARA¹.**

**LA FORMACIÓN TERRITORIAL DEL MARANHÃO,
TRANSFORMACIONES ESPACIALES Y EL DESPLIEGUE TERRITORIAL
DEL CENTRO ESPACIAL DE ALCÁNTARA.**

Bruno Soares Romão¹
Ana Luiza Araújo e Silva²
Emerson Luiz Leal Seabra³
Silvio Corrêa da Silva⁴

Resumo:

No início da década de 1980, o governo federal brasileiro decide implantar no município de Alcântara, Estado do Maranhão, leste da Amazônia brasileira, um centro de alta tecnologia de lançamento de foguetes o qual objetivava colocar em órbita satélites, o que seria um dos maiores e ambiciosos projetos científicos do país. Contudo, para viabilização do projeto seria necessário realizar a desterritorialização de milhares de pessoas, essencialmente comunidades quilombolas e tradicionais, as quais ocupavam uma área aproximadamente de 52.000 hectares, havia cerca de 300 anos. A finalidade deste estudo é identificar e analisar os impactos da implantação do centro de lançamento na época e dias atuais, as transformações espaciais e territoriais imediatas ao início da efetivação do projeto, os conflitos políticos entre as populações e Estado, quais as conseqüências diretas das ações de implantação da base de lançamento à população atingida. Outro objetivo refere-se à compreensão da formação histórico-territorial do Estado do Maranhão e de Alcântara para entender as relações sociais e o território à época. Para efetivação desse estudo foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais e de imagens. A principal contribuição que este artigo busca se refere à abordagem geográfica desse caso bastante relevante que, todavia, não recebeu a devida atenção haja vista a enorme carência de estudos e pesquisas geográficas acerca do tema.

Palavras-chave: Desterritorialização; Mobilidade humana; Centro de lançamento de Alcântara.

¹ Estudante de graduação. Universidade Federal do Pará. Brasil. Email: romaobruno@hotmail.com

² Discente em Geografia- Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil.

³ Discente em Geografia- Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil.

⁴ Discente em Geografia- Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil.

Resumen

En el inicio de la década de 1980, el gobierno federal brasileño decide implantar en el municipio de Alcântara, Estado de Maranhão, al este de la Amazonía brasileña, un centro de alta tecnología de lanzamiento de cohetes que objetivaba poner en órbita satélites, lo que sería uno de los más ambiciosos proyectos científicos del país. Sin embargo, para la implantación del proyecto sería necesario realizar la desterritorialización de millares de personas, esencialmente comunidades de quilombo y tradicionales, las cuales ocupaban un área aproximadamente de 52.000 hectáreas, desde hace 300 años. La finalidad de este estudio es identificar y analizar los impactos de la implantación del centro de lanzamiento en su época y en los días actuales, las transformaciones espaciales y territoriales inmediatas al inicio de la efectuación del proyecto, los conflictos políticos entre las poblaciones y el Estado, cuales las consecuencias directas de las acciones de la implantación de la base de lanzamiento sobre la población afectada. Otro objetivo se refiere a la comprensión de la formación histórico-territorial del Estado de Maranhão y de Alcântara para entender las relaciones sociales y el el territorio en su época. Para la efectuación de este estudio fueron realizados levantamientos bibliográficos, documentales y de imágenes. La principal contribución que este artículo busca se refiere al abordaje geográfico de este caso bastante relevante que, todavía, no ha recibido la debida atención teniendo en cuenta la enorme carencia de estudios e investigaciones geográficas acerca del tema.

Palabras clave: Desterritorialización; La movilidad humana; El centro de lanzamiento de Alcântara.

Introdução

O Estado do Maranhão, tal qual a Amazônia, foi e continua sendo alvo de uma série de políticas de ordenação e uso do território as quais iniciaram-se ainda no regime colonial e que, no transcorrer do século XX principalmente nos Governos militares, intensificaram-se na medida em que foram sendo definidas suas respectivas “vocações”, as quais buscaram articular a um projeto nacional de desenvolvimento e tornar a economia competitiva no mercado global.

Nesse contexto, no início da década de 1980, o governo federal brasileiro decide implantar no município de Alcântara, Estado do Maranhão, leste da Amazônia brasileira, um centro de alta tecnologia de lançamento de foguetes, o que seria um dos maiores e ambiciosos projetos científicos do país. Contudo, para viabilização do projeto seria necessário realizar a desterritorialização de milhares de pessoas, essencialmente comunidades quilombolas e tradicionais.

Um dos objetivos do presente artigo é compreender como ocorreu o processo histórico de formação territorial do Estado do Maranhão desde os tempos coloniais, passando pelo regime imperial à conformação atual finalizada já no período republicano, como também, identificar e entender como os processos de uso do território implantados na ditadura militar provocaram transformações espaço-territoriais no Estado. Ainda nesse sentido, buscou-se entender também a constituição histórico-territorial do município de Alcântara localizado naquele Estado.

A finalidade principal deste estudo é identificar e analisar os impactos da implantação do centro de lançamento na época e dias atuais, as transformações espaciais e territoriais imediatas ao início da efetivação do projeto, os conflitos políticos entre os agentes, as populações e Estado, quais as conseqüências diretas das ações de implantação da base de lançamento à população atingida. O outro componente do artigo será destinado a entender como ocorreu o processo de implantação do centro de lançamento de Alcântara e as transformações e impactos decorrentes de sua fundação.

Para efetivação desse estudo foram realizados levantamentos bibliográficos, obtenção documental de fontes secundárias e posterior análise, de mesmo modo a interpretação de imagens.

1. Formação histórico-territorial do Estado do Maranhão

A ocupação do território brasileiro não se deu de forma igualitária, com características próprias e diversificadas, dessa forma é possível afirmar que a história da formação territorial do atual Estado do Maranhão não é diferente.

O reinado de Portugal, antes mesmo de "descobrir" essas terras em 1500, na figura de Pedro Álvares Cabral, já assinara um tratado com o Reino da Espanha, o tratado de Tordesilhas em 1494, nesse sentido demarcou-se uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste das Ilhas do Cabo Verde. As terras descobertas a leste dessa linha pertenceriam a Portugal e o restante, a oeste, pertenceria à Espanha. Contudo, devido a não precisão das áreas demarcadas o tratado não entrou em execução. Para solucionar o problema foi assinado em 13 de janeiro de 1750 o Tratado de Madri, no qual significou a nova configuração territorial brasileira, com base no *uit possidets*.

Preocupados com as ações estrangeiras no território brasileiro, os portugueses iniciaram uma marcha como o objetivo de conquistar as áreas próximas do Maranhão, a fim de colonizar de fato essa área. Em 1614 os portugueses expulsaram os franceses pondo fim à França Equinocial. De acordo com Cabral (2008), na qual considera que a ocupação do território maranhense se deu através de duas frentes de expansão: a expansão da frente litorânea e a expansão da frente pelo interior, “as quais tiveram motivação e tempos diferentes” (FERREIRA, 2008, p. 91).

Para melhor administrar a região, devido à posição geográfica, em 1621, tendo como sede a cidade de São Luis, criou-se "o Estado do Maranhão, desmembrando do Estado do Brasil e compreendendo duas Capitânicas Gerais, Maranhão e Grão-Pará" (CABRAL, 2008, p. 63), dessa forma, São Luis e Belém, "tornaram-se os centros coordenadores das ações militares de desbravamento, ocupação e defesa do extenso território recém-conquistado"(CABRAL, 2008, p. 63). No ano de 1751 “o Estado, mudada a sede da capital S. Luis para Belém, passou a designar-se do Grão-Pará e Maranhão”(MEIRELES, 1960.p.66).

A economia colonial baseava-se principalmente no sistema de plantation, destacando as unidades açucareiras, na qual, se deram ao longo dos rios, obedecendo ao que Gonçalves (2001) chama de padrão de organização do espaço “rio-várzea-floresta”.

Outra ação portuguesa para dinamizar a economia maranhense foi a criação da Companhia de Comercio do Maranhão e Grão-Pará em 1682, funcionado apenas até o ano de 1684, quando inicia-se a Revolta de Bequimão. Após outras tentativas de promover o crescimento econômico do Maranhão, criou-se em 1752 a Companhia Geral de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, ela foi "criada com o objetivo de, introduzindo nas capitânicas escravos negros que suprissem a falta do braço indígena, animar-lhes o comércio fomentando a agricultura, gozou de especiais privilégios, tantos fiscais como militares e judiciais"(MEIRELES, 1960, p. 184), além disso ela visava “a inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho típica do Antigo Sistema Colonial, a partir da exportação para a Europa de três produtos principais: o algodão,o arroz e o couro”(HOLANDA, 2008, p. 10).

Com a adesão o Maranhão à Independência do Brasil, ocorrida em 28/07/1823, iniciou-se a guerra pelo poder no Estado maranhense, na qual ficou conhecida como

“Guerra dos Três Bês”. Outros fatos importantes ocorridos em tal período foram a República de Bom Pastos e a Balaiada.

Até esse período a atual conformação do território maranhense ainda não estava concluída, faltando delimitar a região das divisas com o Piauí, fato que só ocorreu em 1920, “quando os governos do estado do Maranhão e Piauí assinaram acordo que fixou a barra das canárias como o eixo fluvial do rio Parnaíba, e assim, ficaram reconhecidos seus limites e divisas”(FERREIRA,2008, p. 122).

A partir da década de 1970, com a descoberta de reservas mineralógicas, através do projeto Radar da Amazônia – RADAM, ganha corpo uma nova dinâmica de intervenção na Amazônia. O governo federal brasileiro, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), lançou o “Programa de Desenvolvimento da Amazônia Oriental”, este foi criado “com o intuito de implantar projetos destinados exclusivamente à mineração, metalurgia, agropecuária e reflorestamento” (FERREIRA,2008, p. 172). Dessa forma se dá a implementação de um novo padrão de organização espacial, o padrão “estrada-terra firme-subsolo”(Gonçalves, 2008).

Dentro desse programa destaca-se o Projeto Grande Carajás, criado em 1980, gerenciado pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), este

é constituído de projetos “menores”, entre eles destacam-se os minero-metalúrgicos, com participação mista - até meados da década de 1990, quando houve a privatização da CVRD – entre o capital estatal e o capital privado, nacional e estrangeiro, constituindo, assim uma poderosa *joint venture*. (CHAGAS, 2009, p. 119)

Assim três sub-projetos são imprescindíveis para análise: 1) retirada de minérios oriundos da Serra dos Carajás, no Pará; 2) construção da Estrada de Ferro Carajás, que escoaria os minérios até São Luis; 3) exportação dos minérios através do Porto de Itaqui no Maranhão. Nesse sentido, a ferrovia Carajás é de fundamental importância para o estado maranhense, devido a CVRD aplicar cerca de 8% de seu lucro líquido nos municípios a qual a estrada corta. Houve um aumento expressivo de municípios ao longo desta.

1.2 Alcântara, breve histórico da formação territorial

A cidade de Alcântara, localiza-se cerca de 22 Km de São Luiz, a capital do estado e foi fundada em 22 de dezembro de 1648, esta região é conhecida como Baixada Ocidental Maranhense, inicialmente denominada de Tapuitapera. Essa região por sua relativa importância econômica foi elevada a condição de Vila denominada de Santo Antônio de Alcântara, devido suas terras férteis e centro produtor e exportador de arroz e algodão contratava com Belém e São Luiz como centro urbano.

Objetivando garantir à coroa portuguesa sucesso na exploração da colônia, Marquês de Pombal cria a Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, detendo monopólio: da navegação, comércio exterior e tráfico negreiro. Alcântara torna-se celeiro de negros africanos traficados para substituir a mão de obra indígena. A história de Alcântara em alguns momentos se mescla com a do Maranhão, em momentos de apogeu e crise econômica, Alcântara vive anos uma situação econômica privilegiada. Porém o próprio modelo de desenvolvimento trazia suas próprias ruínas: monopólio da CCGPM, concentração de renda, transferência de renda à metrópole, sistema escravista e as revoltas (com destaque a Balaiada).

Embora em expansão econômica até a abertura dos portos em 1808, o Maranhão sofre com intempéries da economia colonial mercantilista, com o fim da exportação do algodão para o mercado europeu, abolição da escravatura e deslocamento da produção do litoral para os vales, estes fatores foram responsáveis por um período de estagnação econômica.

Segundo Choairy (2000), com a crise do sistema agro exportador, tem-se a decadência da lavoura e a entrada de novos agentes sociais na cena histórica e a formação de um modelo de campesinato. Os desmembramentos de propriedades monocultoras geraram diferentes trabalhadores rurais: os foreiro/agregados e os livres comunais.

Para Choairy (2000), em estudos para a instalação do Centro Espacial, verificou situações de “uso comum”: as terras de negros: doações a ex-escravos, as terras de parentes; grupamento de grupos domésticos cujos ancestrais são comuns, as terras de Santo; terras abandonadas por ordens religiosas e as terras de pobreza; terras doadas aos denominados pobres. A apropriação baseia-se na combinação a partir da forma de

trabalho (trabalho familiar, individualmente ou formas coletivas) e das atividades produtivas (agricultura, criação, coleta) e o modelo de campesinato empregado tem o intuito de identificar o grupo social que vive do emprego da força de trabalho de sua família no processo produtivo, que combina agricultura e a pesca e outras atividades como caça coleta e produção de artesanato, carvão vegetal e até pequenos comércios e o camponês é caracterizado por cultivador rural que combina o cultivo com a criação de gado e pequenos animais no campo. Porém, é fundamental esclarecer que os pescadores neste caso estão ligados aos que vivem e trabalham no campo, próximos aos rios, igarapés, praias, combinando outras atividades e habitam povoados que não se identificam como “Trabalhadores rurais”.

Duas atividades econômicas são predominantes a atividade agrícola: desenvolvida em intervalo entre o plantio e a colheita. São praticados dois tipos de roçado: o roçado de ciclo longo que compreende a plantação de forma consorciada, a mandioca, o arroz, e o milho no período de chuvas mais intensas e o roçado de ciclo curto ou sangal que compreende os cultivos de baixo ou vazante no período de poucas chuvas e nas áreas próximas a igarapés. A segunda atividade é a pesca, relevante nas localidades próximas a Baias de Cumã e de São Marcos. Existem outras combinadas para manter o fluxo da receita da família, denominadas de atividade acessórias, tais como: a produção do carvão vegetal, a quebra do côco babaçu, e a pesca em povoados onde predominam as atividades agrícolas.

2. Panorama regional

O Maranhão e a Região Amazônica foram alvo, desde o final da década de 70, de inúmeros projetos desenvolvimentistas de exploração natural, seguranças nacionais, colonização, além de outros cujo pano de fundo é a ocupação gradual e contínua da Amazônia (BECKER, 1991).

A instalação desses projetos obedeceu, na maioria dos casos, uma sistemática muito parecida com a de Alcântara, compreendendo a decretação de desapropriação das terras para fins de utilidade pública, gerando uma situação que se tornou comum e marcante na história da região: a expropriação de vasta população ocupante dessas terras e sua posterior realocação para outras áreas, com graves conseqüências sociais.

Por considerável parte de tempo, o município de Alcântara teve sua economia considerada “letárgica”. O início da década de 80 dá novas cores ao cenário histórico da cidade e traz mais uma vez Alcântara como personagem principal do enredo. Surgem diante da implantação de um grande projeto no município, os entusiastas e defensores, que viam o projeto como um instrumento de resgate do município de Alcântara, da obscuridade em que teria sido jogado por quase um século.

Começou-se a disseminar uma crença generalizada dos efeitos distributivos do desenvolvimento proporcionado pelos projetos industriais instalados no Maranhão e a possibilidade de Alcântara transformar-se em pólo turístico em função do crescente fluxo de capitais para o estado e do próprio crescimento do turismo nacional.

Em 12 de setembro de 1980 foi assinado o decreto nº7. 820 pelo então governador do Estado do Maranhão, João Castelo Ribeiro Gonçalves, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de aproximadamente 52.000ha de terra, que seriam necessárias à implantação de um Centro Espacial no município. A área desapropriada naquela época correspondia a aproximadamente metade do território do município e atingiu entre 1.800 e 2.000 famílias, perfazendo, de acordo com documentos do STR de Alcântara, de julho de 1987, uma população de aproximadamente 10.000 pessoas, distribuídas em mais de oitenta povoados.

A área destinada à desapropriação atingiu as margens de dois importantes igarapés para as populações locais e beira quase todo o litoral do município, onde diversas famílias viviam da pesca combinada a outras atividades. A área era considerada pelos trabalhadores rurais e pescadores de Alcântara, como a mais fecunda tanto para a agricultura como para a pesca.

A área passou ao controle do Ministério da Aeronáutica, responsável pela implantação do Centro Espacial, passando a denominar-se Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), para que efetuasse todas as medidas necessárias à construção do Centro de Lançamento e o remanejamento das famílias localizadas nas áreas atingidas.

2.1 Discursos e argumentos para implantação do Projeto de CLA.

Apresentado pelo MAer (Ministério da Aeronáutica) como o mais ambicioso projeto científico elaborado por um país em desenvolvimento, o CLA é parte de um projeto maior denominado Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Baseado na

ideologia da segurança nacional, a Aeronáutica apresenta suas justificativas argumentando em torno do incentivo à pesquisa científica no setor aeroespacial, buscando, assim, uma “independência tecnológica” para o país (MEIRELES, 1983 *apud* CHOIRY, 2000, p. 65).

Entre as justificativas para a instalação do CLA na cidade de Alcântara, está sua localização próxima a linha do Equador (2° Sul), configurando, segundo os técnicos militares do CLA, como privilegiada para lançar foguetes com maior precisão e segurança. Esse argumento está ligado ao chamado efeito “catapultagem”, que dá maior velocidade ao veículo lançado em proximidade com Linha do Equador, reduzindo os custos com combustíveis.

Ainda, segundo o diretor do GICLA (Grupo para implantação do CLA), também estão os seguintes motivos: a posição do município em relação ao mar, garantindo maior segurança às operações de vôo; o clima, cuja temperatura é pouco variável, garantindo lançamentos em condições favoráveis de segurança (FERNANDES, 1993 *apud* CHOIRY, 2000, p. 68); a baixa densidade demográfica, que garantiria um baixo custo no processo de desapropriação e possibilidade de utilização de técnicos formados pelo CEFET de São Luís, no sentido de garantir apoio logístico ao Centro de Lançamento.

A Aeronáutica se apropriou do discurso da “letargia” como uma forma de defender a implantação do seu projeto no município. Anuncia, assim, um novo tempo, de progresso, desenvolvimento para a sua população que segundo seus oficiais, viviam de forma primitiva, com recursos técnicos obsoletos.

A área passou ao controle do Ministério da Aeronáutica, que era responsável pela implantação do Centro Espacial e que depois passou a denominar-se Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), para que efetuasse todas as medidas necessárias à construção do Centro de Lançamento e o remanejamento das famílias localizadas nas áreas atingidas.

3. A disputa territorial

Durante o processo de efetivação da implantação do CLA, ocorreu um grande conflito territorial entre o Estado, representado principalmente pelo Ministério da

Aeronáutica, e as populações atingidas, na figura do sindicato dos trabalhadores rurais. O eixo principal do embate estava relacionava-se à incerteza do futuro das famílias que sofreriam às conseqüências do projeto.

Baseando-se na concepção de Território enquanto uma perspectiva integradora geográfica, em um permanente processo em que a territorialização, segundo Haesbaert (2004), se dá quer seja pelo domínio político-econômico, ou pela apropriação simbólico-cultural do espaço pelos grupos humanos. Nessa compreensão, ainda em Haesbaert (2004), deve-se pensar a ocorrência de um processo concomitante de desterritorialização e reterritorialização. Onde será possível observar a “necessidade” desterritorialização da população da área de interesse e, por conseguinte a reterritorialização e implantação do centro de lançamento.

A instalação do Centro de Lançamento de Alcântara gerou aspectos singulares quanto à disputa pelo território. O embate em momento algum atingiu grandes proporções, no sentido de confrontos ou violência, invasões, grilagens. Além disso, de acordo com Choary (2000), ao contrário de considerável parcela do Estado Maranhão ter sofrido as conseqüências dos conflitos pelo território, tais fatos são recentes na história de Alcântara.

Um dado peculiar faz referência aos agentes diretos envolvidos no conflito territorial. Trata-se de um lado o Estado brasileiro e do outro as populações atingidas pelo projeto, fenômeno distinto do comumente encontrado no Maranhão em que geralmente pode-se observar interesses e conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais.

Portanto, temos o Estado brasileiro buscando através do Ministério da Aeronáutica, efetivar a realização do CLA desterritorializando áreas para futura implantação, e os trabalhadores rurais juntamente com comunidades quilombolas que notavelmente compreendiam a posição do Governo Federal sem tentar por obstáculos o projeto. Todavia, almejavam ter todos seus direitos respeitados de modo a garantir sua futura subsistência.

Ao início das negociações de desterritorialização das populações afetadas, a Aeronáutica apresentou suas propostas de locações às comunidades. As famílias seriam alojadas em agrovilas, segundo Choary (2000), com modelos de habitação definidas pela aeronáutica, teriam área suficiente para o plantio e contribuiriam para o

desenvolvimento e progresso do município, de acordo com o plano oficial da Aeronáutica.

Entretanto, conforme Choary (2000), as propostas apresentadas não foram plenamente aceitas, e após reuniões e discussões, as comunidades chegaram ao acordo quanto às reivindicações e as propuseram em documento com as seguintes exigências: terra boa e suficiente para trabalhar e fora da área desapropriada; praia para as famílias de pescadores; permanecerem unidos devido às ligações afetivas históricas; água; pasto para a criação de animais; titulação definitiva das terras; nova terra que não fossem as agrovilas. Dentre outras essas seriam as principais reivindicações.

A Aeronáutica em seu discurso afirmou aceitar “na medida do possível” as propostas das comunidades em um acordo de intenções registrado em cartório. Todavia, segundo Choary *apud* Meireles (2000, p. 86), enquanto as comunidades percebiam de real valor o acordo até então firmado, para a Aeronáutica não havia valor jurídico algum tendo em vista seus compromissos apresentarem caráter vago, deste modo, desconsiderando grande parte dos acordos realizados então.

Não obstante às dificuldades, é importante ressaltar que, o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Alcântara não se apresentavam contra e nem buscavam pôr obstáculos ao projeto de implantação do Centro de Lançamento, somente estavam inquietos quanto aos seus direitos.

No transcorrer das negociações, a Aeronáutica não cumpria, e até mesmo protelava quanto a uma solução e proposta definitiva para o futuro das famílias, e que conseqüentemente criava uma pressão por parte das comunidades atingidas, sob orientação do STR de que nenhum morador deveria assinar acordo de qualquer espécie sem antes serem apresentados projetos concretos.

3.1 A desterritorialização e suas consequências

O projeto de implantação do centro de lançamento de foguetes em Alcântara, no início da década de 1980, ocorreu de modo autoritário e somente foi viabilizado a partir de “doações” de uma área de 52.000 hectares do então presidente da república José Sarney. Entretanto, o que é pouco divulgado se refere à fase de alocação do espaço o qual provocou a desterritorialização de aproximadamente 300 famílias, quilombolas principalmente, as quais ocupavam o território havia quase três séculos.

Naturalmente a população apresentou certa resistência e houve moderadamente conflitos devido à desterritorialização da população que residia na área, pois as famílias não sabiam para quais localidades elas seriam transferidas, como também, as novas condições de moradias e subsistência a que seriam submetidas a partir da implantação do CLA.

Após todas as dificuldades e tensões existentes no decorrer das negociações, e de mesmo modo, a ausência de avanços relevantes favoráveis à Aeronáutica, o Ministério faz uso de mecanismos de legitimação para finalmente colocar em curso o CLA. o Decreto nº92.571 finaliza os impasses.

A Aeronáutica começa, a partir de 1986, segundo Relatório da missão da relatoria Nacional do Direito à moradia Adequada e à terra urbana (2003), a desterritorialização das famílias que residiam na chamada área de segurança. Inicia-se então a fase I (1986) na qual quinhentas e vinte pessoas foram transferidas para cinco agrovilas. Na fase II (1987/88) ocorreu a transferência de oitocentos e trinta pessoas para duas agrovilas. Algumas comunidades atingidas em questão foram: Pirarena, Cajueiro, Marudá, Espera, Ponta Seca, Laje, Jenipauba, Santo Antônio, Ponta Alta, Jabaquara, Peru, Titica, Santaninha, Cavem, Pedro Marinho, Santa Cruz, Aldeia, Capijuba, Santa Helena e São Francisco.

Um dos fenômenos mais recorrentes ao processo de desterritorialização, apesar de não estar intrinsecamente relacionados, de acordo com Haesbaert (2004), se refere a crescente mobilidade humana no decorrer do processo. Não obstante tal consideração, e tendo em vista o transcorrido em Alcântara, pode-se observar que, muitas famílias negociaram com a Aeronáutica e fecharam acordos nos quais receberam indenizações e mudaram-se do município. Enquanto outras, devido à insegurança da chegada do projeto, mudaram-se antes mesmo de qualquer convênio com o órgão oficial.

Outro fenômeno observado, diz respeito a algumas das famílias quando já instaladas nas agrovilas abdicaram dos novos lotes em vista da infra-estrutura oferecida não estarem apropriadas às atividades anteriormente desenvolvidas por elas, assim sendo, as famílias se viram obrigadas a buscar outras condições na periferia de Alcântara ou São Luis, conforme Relatório da missão da relatoria Nacional do Direito à moradia Adequada e à terra urbana (2003). Ainda nesse sentido, em contrapartida, afirma Choairy (2000), anteriormente à instalação do centro, foi notado que,

determinadas famílias que já residiam fora da abrangência dos povoados, retornaram aos seus antigos povoados com a finalidade de obterem um lote e uma casa em umas das agrovilas.

Quando nas transferências dos povoados, muitos dos residentes foram locados na mesma agrovila gerando complicações no que diz respeito às novas relações sociais as quais foram impostas, em que muitas vezes resultando em conflitos. Pode-se notar excepcionalmente que, segundo Choairy (2000), as posições dos moradores não se dão em concordância em relação às condições das agrovilas, pois os antigos grupos, agora alojados aos novos e diferentes grupos possuem interesses distintos favorecendo ao ambiente conflituoso.

Nesses termos, conforme Choairy (2000) havia grupos que consideravam desnecessário lutar por melhores condições afirmando ser esta luta desigual por ter um embate com entidades que apresentam maior poder, enquanto que, existiam grupos que discordavam das condições das condições encontradas nas agrovilas e, dessa forma, rejeitavam quanto alternativa de vida.

Dentre as mais expressivas conseqüências para as famílias atingidas pelo CLA estão a distância do mar, devido as novas localizações de moradia, as limitações de mobilidade, proibição de expansão das agrovilas, migrações e o impedimento de uso de determinadas parcelas do espaço.

As famílias atingidas pelo projeto foram deslocadas para áreas distantes do mar, interior do município de Alcântara, onde as condições são desfavoráveis também para o cultivo de lavouras. Quando as dificuldades são enfrentadas, para pescar a população precisa pedir autorização para a base, pois o acesso ao oceano está impedido devido ao centro de lançamento (FIGUEIREDO *et al*, 2009, p. 04). Essa limitação de mobilidade e acesso ao oceano, segundo Moura (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA), impede também o acesso às praias as quais poderiam ser usadas enquanto alternativa econômica às populações através do turismo.

A livre mobilidade também se apresenta como outro problema no tocante aos antigos cemitérios que estão na área de abrangência da base, tendo em vista que os restos mortais das pessoas ali enterradas não foram transferidos para um novo cemitério, e logo foram sendo cobertos pela vegetação, de acordo com Moura (OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA), como resultado da proibição da população visitá-lo livremente.

As pessoas alojadas nas novas agrovilas estão impedidas de expandir seus terrenos sem antes solicitar autorização para a base, pois há regras estabelecidas pelos militares para utilização do espaço. Fica proibida também a criação extensiva de pequenos animais.

No que diz respeito as práticas agrícolas, os principais produtos cultivados na comunidade são mandioca, milho, arroz, e abóbora, entre outros, além da coleta de babaçu. Os produtos que tem maior importância na comunidade são a mandioca e o babaçu. Todavia, de acordo com Beze Junior (2004), as terras onde se localizam as agrovilas estão esgotando sua capacidade produtiva, devido a baixa fertilidade e uso intensivo realizado pelos agricultores.

4. Considerações Finais

No decorrer deste artigo foi possível notar que a evolução territorial do Maranhão por vezes esteve relacionado a questões políticas de ocupação territorial. Em outro momento observa-se que o progresso e, também a ocupação do território, foi decorrente das atividades econômicas em voga de cada época que acabaram por moldá-lo.

Referente à formação territorial histórica do município de Alcântara é notável que, os processos que regeram o Território assemelham-se ao do próprio Estado do Maranhão em que, ora a questões de cunho político-territorial, ora as principais atividades econômicas regem a formação territorial, bem como a sua ocupação.

Ao final da ditadura militar, início dos anos de 1980, o governo federal decide implantar um centro de lançamento de foguetes no município de Alcântara. Todavia, a instalação do projeto necessitava de uma área historicamente territorializada por comunidades quilombolas, assim, o processo de desterritorialização não se deu de modo “tranquilo” como esperado pelos órgãos oficiais. A população exigia garantir seus direitos, porém, a desterritorialização ocorreu de modo despótico através de decreto presidencial.

A desterritorialização e resultou em transformações espaciais, novos processos territoriais, mudanças econômicas e culturais para as populações atingidas. Entre as

A formação territorial do maranhão, transformações espaciais e territoriais da implantação do centro espacial de Alcântara.

Bruno Soares Romão, Ana Luíza Araújo e Silva, Emerson Luiz Leal Seabra, Silvio Corrêa da Silva

conseqüências fundamentais estão a mobilidade humana forçada (êxodo rural), a proibição da livre mobilidade no antigo território, mudança nas atividades econômicas.

Portanto, é extraordinária a desestruturação emanada a partir da desterritorialização e instalação (reterritorialização) do centro de lançamento de Alcântara em que, esse além de mudar o uso e a posse do território em questão, também transformou radicalmente a vida dos antigos “donos” do território.

Referências

- BECKER, Berta K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1991.
- BEZE JÚNIOR, Zeke. O futuro da roça no toco em Alcântara. Dissertação de Mestrado. Brasília-DF: Junho/2004.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Os Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luis: Sioge, 1992.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. O nacional desenvolvimento e o Projeto ALBRAS/ALUNORTE. In: MOTA, Giovane; *Et Al* Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território. Belém: GAPTA/UFGA, 2009.
- CHOAIRY, Antônio Cesar Costa. Alcântara vai para o Espaço: a dinâmica da implantação do centro de lançamento de Alcântara. São Luís. Ed. UFMA/PROIN-CS, 2000.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FIGUEIREDO, Roberta Batista *Et Al*. Caracterização socioeconômica e ambiental da agrovila Ponta Seca, ALCÂNTARA-MA. In: Ciências Humanas em Revista, v.7, n.2, São Luis, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.
- HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luis: IMESC, 2008. Disponível em www.imesc.ma.gov.br/docs/CADERNOSIMESC4.pdf
- MEIRELES, Mario Martins. História do Maranhão. São Luis:DASP, 1960.

A formação territorial do maranhão, transformações espaciais e territoriais da implantação do centro espacial de Alcântara.

Bruno Soares Romão, Ana Luiza Araújo e Silva, Emerson Luiz Leal Seabra, Silvio Corrêa da Silva

MOURA, Flávio. Alcântara: cenário de contrastes sociais e luta pela sobrevivência. Observatório Quilombola. Relatório da missão da relatoria Nacional do Direito à moradia Adequada e à terra urbana: A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. Maranhão. Brasil. 2003.